

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

5 de março de 2014

**AUDIÇÃO
COM
MINISTRA DA AGRICULTURA E DO MAR**

SEM REVISÃO FINAL

O Sr. **Coordenador** (Guilherme Silva): — Bom dia, Srs. Deputados.
Declaro aberta a reunião.

Quero, antes de mais, agradecer a disponibilidade da Sr.^a Ministra e do Sr. Secretário de Estado.

Como a Sr.^a Ministra sabe, este é um Grupo de Trabalho que foi criado por iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia na sequência de um ano de 2013 muito problemático, em matéria de incêndios florestais e que tem, como mandato, por objetivo, identificarmos a necessidade de eventuais iniciativas legislativas, constrangimentos que no domínio legislativo eventualmente se detetem na área da prevenção e do combate aos incêndios e sugerirmos e propormos as iniciativas legislativas que tivermos por pertinentes. E, também, fixarmos que eventuais medidas poderá a Assembleia da República recomendar ao governo e à administração em geral, designadamente no âmbito da administração regional e local, nestas matérias.

Temos aqui desenvolvido um conjunto de audições de entidades dedicadas a esta matéria, designadamente numa reunião com o Sr. Ministro da Administração Interna, já cá tinha estado também o Sr. Secretário de Estado e temos, também, recolhido opiniões por escrito de várias entidades com relevância para nos ajudarem a levar a bom termo esta nossa incumbência.

Agradeço muito a disponibilidade da Sr.^a Ministra porque, naturalmente, o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Agricultura têm uma particular conexão e uma particular responsabilidade neste setor.

Assim sendo, dou a palavra à Sr.^a Ministra para a sua apresentação inicial. Depois seguir-se-ão 5 minutos por cada Grupo Parlamentar para colocar questões, a que a Sr.^a Ministra fará depois o favor de responder e,

naturalmente, com a intervenção do Sr. Secretário de Estado, quando entender adequada.

Tem a palavra a Sr.^a Ministra da Agricultura e do Mar.

A Sr.^a **Ministra e do Mar** (Assunção Cristas): — Muito obrigada, senhor Presidente. Cumprimentos todos os Srs. Deputados, é um gosto estar convosco aqui hoje.

Pensei em fazer uma brevíssima apresentação de ponto de situação e depois, naturalmente, estou disponível para aprofundar os temas que entenderem pertinentes, isto é descrever resumidamente o que estamos a fazer neste momento, o que é que já fizemos, qual é que é, no fundo, a nossa preocupação. Penso que o que aconteceu este verão, saindo um bocadinho, eu diria, do caminho que tem vindo sustentadamente a acontecer desde, pelo menos, 2006 a esta parte, a diminuição das áreas ardidadas e, de facto, este ano aumentou ligeiramente quando comparado com essa média e, sobretudo, pela repercussão que teve — pelo drama pessoal que foi — creio que nos levou a todos, governo, parlamento, enfim, partidos políticos, a olhar de novo para esta matéria com ainda mais intensidade. Nós também o fizemos no Ministério da Agricultura e no contexto do governo, procurando cada vez mais uma ação mais integrada e mais interdepartamental.

Portanto, aquilo que vos trago é o ponto de situação do que estamos a fazer, algumas coisas são conhecidas do parlamento, são públicas, outras ficarão com esta nota.

O enquadramento, na perspetiva do Ministério da Agricultura, é muito a perspetiva de que na floresta nós temos uma grande riqueza ambiental e económica que tem bons exemplos e que precisamos de valorizar esses bons exemplos, dá-los a conhecer para que as pessoas

percebam que potenciar esta nossa riqueza passa pela prevenção dos fogos, passa naturalmente pelo combate quando eles, infelizmente, ocorrem, mas que para além disto há todo um mundo no domínio da floresta que é preciso promover, valorizar e, desde logo, conhecer. Nós colocámos ali ao lado um pequeno marcador de livros que tem grandes números sobre a floresta portuguesa — que às vezes são esquecidos, é sempre bom lembrar — e este é o nosso ponto de partida desta realidade, que nos leva depois a olhar para todas as questões relacionadas com a floresta e a questão dos incêndios é, naturalmente, uma questão muito relevante em matéria de floresta.

Agrupámos em quatro grupos as iniciativas que estamos a desenvolver: iniciativas legislativas, iniciativas mais operacionais, iniciativas que têm a ver com os fundos, com a preparação dos fundos comunitários — o *Portugal 2020* — e iniciativas públicas de sensibilização. Queria dizer-vos que quando pensamos em matéria de prevenção, e de prevenção estrutural, estamos a pensar em dois grandes domínios, seguramente em questões que têm a ver com a estruturação, desde logo, fundiária, a ocupação do território, o problema do abandono da terra, um problema que passou a ocorrer de forma mais evidente a partir dos anos 80 com a destruição do nosso mosaico tradicional agrosilvopastoril e, portanto, temos matérias que vão ao encontro dessas preocupações e depois temos a outra grande área, que é a área dos comportamentos de risco, que é a área da sensibilização. Posso dizer-vos que a primeira área é aquela em que nós entendemos que haverá muito resultado no médio-longo prazo, portanto a área estrutural e, quando falamos da área estrutural, estamos a falar de intervenções como as ZIF, da bolsa de terras, da fiscalidade para a floresta, tudo o que tem a ver com procurar uma melhor e renovada ocupação e aproveitamento do nosso

espaço e do nosso território. Temos também a convicção, pelo trabalho que é feito pelos nossos serviços, pelo estudo que existe e pelo conhecimento que existe, de que o que pode dar resultado no mais curto prazo são as ações de sensibilização. Nós não conhecemos todas as causas dos incêndios porque nem todas são investigadas até ao final, mas conhecemos muitas e, nesse conhecimento, existe uma forte componente ligada ainda à negligência. Negligência da população em geral, enfim de todos nós, ou a negligência de grupos específicos que são os que mais próximos estão do espaço rural, nomeadamente agricultores, pastores, etc, portanto precisamos de ações que tenham a ver com esta parte.

Tivemos a revisão do regime jurídico das ZIF, o objetivo já o conhecem bem, não perderei muito tempo, é dinamizar a criação e funcionamento e reforçar também o seu papel, dando mais poder às entidades gestoras das ZIF enquanto gestoras daquele território que está sob a alçada das ZIF, pese embora possa não abranger todas as parcelas que existem dentro do perímetro das ZIF, já foi publicada em *Diário da República*.

Bolsa de terras está a funcionar, neste momento temos em preparação, a ser ultimado no Governo e virá para o Parlamento, aquele regime que tem a ver com a identificação das terras sem dono conhecido e que estão improdutivas. É um regime sensível, como é evidente, conto depois com o bom trabalho do parlamento porque queremos salvaguardar o direito de propriedade como, aliás, está na bolsa de terras, mas garantir que áreas que não têm ninguém para cuidar delas, que não têm dono nenhum, possam vir a ser aproveitadas no âmbito da bolsa, com todos os cuidados que, aliás, já estão previstos na própria lei que aqui foi aprovada. Também a propósito da bolsa de terras, está publicado já o decreto-lei de cedência de terras do Estado e corre o prazo, que nasce da resolução do Conselho de

Ministros, que dá até ao final deste mês para todos os organismos identificarem terras na sua alçada que, eventualmente, estejam disponíveis. Neste momento o que está na bolsa de terras do ponto de vista de números é, mais ou menos, metade metade entre terras de origem privada e terras de origem pública e que, na origem pública, pode ser da administração central ou também do setor empresarial do Estado, dos organismos empresariais — segue um regime diferente, mas, enfim, tem uma génese pública —, a ideia é que possam juntar-se mais terras do próprio Estado. Esse processo de identificação está a decorrer e é natural que depois, a prazo, se juntem mais terras privadas e se juntem também as terras que decorram do regime que é sempre um regime pensado para o médio e para o longo prazo e, portanto, estamos a falar de um instrumento estrutural.

Fiscalidade da floresta, já houve uma alteração, aproveitando a revisão do Código do IRC, que tem a ver com o regime da amortização dos investimentos florestais. Isso já está em vigor e nós estamos a procurar, quer junto da Comissão da Fiscalidade Verde, quer junto da Comissão da revisão do Código do IRS, mostrar a especificidade dos investimentos florestais e, também com isso, podermos ter aqui um pacote que seja adequado aquilo que são as especificidades do investimento nas florestas de maneira, lá está, a poder motivar mais investimento produtivo que seja recompensador e que as pessoas possam sentir que vale a pena. Ali em baixo aparecia a reforma do IRC onde já aparece legislação relevante, nomeadamente, particularmente relevante para as espécies que demoram mais tempo a crescer, como as nossas espécies autóctones, como o sobreiro e o pinhal bravo.

Outras iniciativas, a Estratégia Nacional para as Florestas está em revisão, entra em consulta pública este mês de Março, e a sua revisão decorre dos prazos previstos na própria lei. Vai ter início, também agora, o

processo de revisão dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, já foi publicada a portaria, o despacho que dá o «pontapé de saída» a esse processo.

Está a decorrer a avaliação externa do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, há de ficar concluída previsivelmente em abril deste ano, também decorre da própria lei a obrigatoriedade de uma avaliação externa por entidade independente.

Estamos a preparar o Programa Operacional de Sanidade Florestal, a resolução do Conselho de Ministros espero que possa ocorrer ainda neste trimestre ou no início do próximo.

A actualização da regulamentação da Defesa da Floresta Contra Incêndios, aspetos que têm a ver com o fogo tático, pontos de água, etc, também estão – aqui está fevereiro, mas não foi em fevereiro –, mas espero que também possa ir em março. E depois um aspeto, que nós contamos tratar de seguida, que tem a ver com as questões da estruturação fundiária, nomeadamente com a definição da unidade mínima de cultura aplicada à floresta.

Mais iniciativas que retirei do MAM, não só do Ministério da Agricultura, mas, enfim, na administração do Ministério da Agricultura, e que vão a Conselho de Ministros, mas que são mais transversais e que têm a ver com outros ministérios.

A parte relevante, muito relevante, que tem a ver com as coimas por violação das obrigações de defesa da floresta contra incêndios está a ser afinada com o Ministério da Administração Interna. Há sensibilidade constatada de que, de facto, a lei existe, as coimas existem, mas muitas vezes não são efetivamente aplicadas e cobradas e com a Administração Interna há a preocupação de passar essa incumbência das autarquias, que têm a vantagem de estar próximas, mas também a desvantagem de por

vezes estarem excessivamente próximas e, portanto, se inibirem da aplicação — ou, pelo menos, na maioria, porque há autarquias exemplares nesta matéria também e é importante que se diga, mas a maioria de facto não tem feito esta aplicação — e, portanto, passar para a alçada do ministério da Administração Interna porque é a GNR (Guarda Nacional Republicana) que faz o levantamento dos autos.

Depois, a credenciação em matéria de fogo de supressão — fogo tático e contra-fogo — para outras entidades para além do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), é um aspeto muito relevante para dar mais possibilidade aos Bombeiros de fazerem formação, de se credenciarem nesta matéria e depois, quando estão a fazer o combate, poderem utilizar com mais facilidade o fogo de supressão.

Há uma iniciativa muito relevante que é a iniciativa do cadastro predial, feito de uma outra forma, portanto aproveitando toda a informação que existe na Administração, sei que os trabalhos estão muito adiantados, eu própria já vi uma versão preliminar de um diploma que irá, brevemente, a Conselho de Ministros, portanto está no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia. Esperamos que também possa, rapidamente, «conhecer a luz do dia» porque é, de facto, uma matéria estrutural da maior relevância.

Nos aspectos mais operacionais, no que respeita ao planeamento o ponto de situação é que os distritos têm um Plano Distrital aprovado, os Planos Plurianuais Municipais também existem, todos aprovados — a única questão é que uns estão na primeira geração e outros já estão a passar para a segunda geração de planos — e os Planos Operacionais Municipais são instrumentos sempre revistos e atualizados, todos os anos, e foram apresentados em 92% dos municípios de Portugal continental.

Quanto ao dispositivo de intervenção, temos as equipas de sapadores florestais, temos o Corpo Nacional de Agentes Florestais, temos 278 vigilantes da natureza e técnicos coordenadores da prevenção estrutural e, em 2014, nós contamos fazer não só o reequipamento das equipas de sapadores florestais, como também ter uma colaboração extra por parte do exército no âmbito de um protocolo que foi agora feito. Isto contará quer com a ajuda do exército, na abertura da rede primária prioritária, quer com 17 equipas de vigilância no terreno.

Ainda sobre prevenção estrutural, a infraestruturização está a decorrer. Para terem uma ideia, nós fazemos o comparativo de 2013 e 2014. Em 2013 os números dizem respeito a todo o país e todas as entidades. Como têm ideia, em Portugal, a incumbência de um conjunto de ações está diretamente ligada aos seus proprietários, os proprietários são muito diversos e são maioritariamente proprietários privados. Em 2013 tivemos 3130 ha de rede primária feita, 16 000 ha de gestão de combustível e 450 pontos de água e 3780 km de rede viária. Posso dizer-vos o que está previsto para 2014, apenas no que tem a ver com o ICNF e no contexto do ICNF colaborando com o exército ou obtendo a colaboração do exército, porque o balanço de 2014 — de tudo o que foi feito ao nível de todas as entidades com competência e a atuarem no terreno — só saberemos *a posteriori*. Podemos saber o que está previsto, não podemos saber o que vai ser efetivamente executado, mas, para terem uma ideia, serão executados 5423 ha de rede primária, 2500 de gestão de combustível, portanto na parte de responsabilidade ICNF e da colaboração com o exército, 40 pontos de água e 750 km de rede viária.

No que respeita à coordenação interministerial e à informação, foi ativada a Comissão Interministerial para as Florestas, tivemos uma reunião ao mais alto nível em novembro, onde ficaram definidos um conjunto de

ações bilateralmente com cada um dos ministérios, e agora far-se-á um ponto de situação desse trabalho já ao nível da alta Administração Pública.

No que respeita à valorização da produção florestal e ao incentivo ao investimento, está a ser preparado um despacho conjunto com a economia para a criação da plataforma de acompanhamento das relações das fileiras, precisamente para olhar para a questão da valorização de cada um dos produtos florestais e de como é que esse valor chega aos proprietários e gera um incentivo certo para que eles continuem a investir na floresta. Estamos a trabalhar sobre a criação de instrumentos financeiros de incentivo à gestão e ao investimento na floresta, olhámos para um modelo de fundo que existe na Noruega, com grande eficácia, que funciona como uma conta poupança floresta, e vamos ver se internamente conseguimos ter este tipo de instrumento, nomeadamente agora a propósito das reformas fiscais, se há a possibilidade de instituímos algo parecido. Estamos a trabalhar no Programa de Desenvolvimento Rural PDR2020, enfim, o programa está muito adiantado, Bruxelas ainda não fechou os regulamentos todos nem o sistema informático para o podermos submeter, e enquanto não o fizer nós vamos sempre melhorando e conversando entre nós, mas é clara uma parte dedicada às florestas bastante adequada aquilo que são as nossas necessidades, nomeadamente permitindo ações para pequenos proprietários e valorizando aquilo que são ações conjuntas, nomeadamente promovidas por organizações de produtores, por associações e por ZIF.

À investigação e ao conhecimento, à semelhança do que estamos a fazer para a agricultura, também na área da floresta estamos a desenvolver com os vários setores, também com as autarquias, com os organismos centrais de investigação, esta ideia de criar centros de competência — para já um por cada uma das fileiras mais representativas do nosso país —, o

primeiro a arrancar será o do montado e da cortiça, que está previsto já para este mês, têm ali ao lado 2014.

O Programa Portugal 2020, para além do Programa de Desenvolvimento Rural, onde aparecem aqui quatro pontos, portanto gestão agrupada de prioridade e majoração, incentivo à certificação, incentivo a ações com impacto territorial — por exemplo, na regeneração das áreas ardidas — e apoio à rede de faixas de gestão de combustível, de execução ao nível das explorações. Também o apoio à organização de produtores florestais, enfim, também é uma matéria que terá o seu paralelo na agricultura e, na floresta, a mesma coisa. Aqui vale a pena destacar o papel dos fundos de coesão porque os fundos de coesão também vão ter um contributo significativo a dar na matéria florestal, portanto monitorização e valorização dos recursos florestais através de um inventário florestal nacional, o estabelecimento das redes de defesa aprovadas, primária e secundária. De acordo com o que está proposto no acordo de parceria, estas matérias deverão ser financiadas pelos fundos estruturais nos planos municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndio, depois ações de sensibilização e prevenção junto da população e, também, apoio às equipas de sapadores florestais — isto ainda depende da aprovação de Bruxelas —, portanto tem a ver com a repartição de matérias que se faz entre vários fundos, esta é a proposta que foi feita pelo Governo português, veremos se assim é. Se assim não for, com certeza que terão a possibilidade de serem acomodados nos fundos de desenvolvimento rural; como é evidente, se puderem estar no desenvolvimento regional, é melhor porque liberta mais dinheiro para a produção florestal e a produção agrícola nas outras áreas.

Iniciativas públicas de sensibilização, lançámos o Portugal pela Floresta, no dia 14 de janeiro, com o alto patrocínio do Sr. Presidente da

República, precisamente com o objectivo de dar visibilidade às temáticas e às acções importantes para a floresta, para que haja trabalho visível e também notícia para que se fale da floresta, e este é um objectivo muito marcado, para que se fale da floresta durante o tempo em que se trabalha na floresta, mas que normalmente não se vê esse trabalho, trabalho invisível que envolve muita gente, que envolve muito dinheiro, que envolve muitos recursos públicos, mas que tipicamente passa despercebido porque, como se costuma dizer, na floresta não há gente e, portanto, é difícil levar a comunicação social à floresta. O objetivo aqui foi desenvolver um conjunto de ações com sessões de reflexão descentralizadas, com iniciativas no terreno e com iniciativas que, propositadamente, esperemos que possam ter boa visibilidade mediática. Não é por acaso que se fez já uma ação de limpeza de matos, porque sabemos que muitos incêndios ocorrem no interface entre o rural e os aglomerados populacionais, têm a ver com a necessidade de fazer a rede primária que é a limpeza em torno das habitações e em torno dos povoamentos — neste momento, os sapadores florestais estão a fazê-lo no país, e eu fui fazer com uma pessoa de grande visibilidade pública, que é o Tony Carreira que, portanto, tem grande impacto junto da população e que aceitou, com imensa generosidade, vir fazer esta campanha. A ideia de o convidar foi porque ele já tinha feito um concerto em benefício dos Bombeiros e das suas famílias. Ele aceitou vir mostrar o que é que se deve fazer agora na floresta, o que é que as pessoas que têm uma casa e que têm espaço à volta podem ajudar a fazer, com o apoio dos municípios, dos sapadores florestais, que é o que acontece em muitas zonas do país.

Vamos fazer mais ações, quer com o Ministério da Defesa — de abertura de rede primária —, quer com a Administração Interna e com as autarquias — para promover ações de sensibilização e de difusão de

informação sobre esta matéria e, depois, quando chegar o período mais quente, esperamos poder ter informação significativa sobre risco de incêndio a passar, junto ao boletim meteorológico, nos órgãos de comunicação social.

Com o Ministério da Justiça, vamos ter trabalhos na mata do Bussaco, com o Ministério do Ambiente há um trabalho para divulgar o valor e os serviços ambientais na floresta, com o Ministério da Educação estamos a preparar uma ação de sensibilização, junto dos jovens, por altura das férias da páscoa e promover aqui algumas ações de voluntariado e espero poder ajudar a dar projeção mediática a estas matérias. Isto são só alguns exemplos do que se está a fazer e se irá fazer.

Para além disso, continuamos a contar com o empenho do Movimento ECO, estamos a desenvolver já ações de sensibilização de comportamentos de risco junto dos agricultores — como sabem, neste momento decorre o prazo das candidaturas e foram distribuídas, por todas as associações de agricultores, pequenas brochuras para serem entregues em mão aos agricultores que vão fazer a sua candidatura —, estamos a falar de 180 000 agricultores que podem fazer a diferença, uma vez que há comportamentos que têm de ser evitados e há outros que têm de ser cuidadosamente levados a cabo para evitar o uso, por exemplo, de máquinas agrícolas em dias de elevadíssimo risco de incêndio. Sabemos que muitos incêndios começam assim. Também há ações junto dos pastores. Há um protocolo do trabalho social pela floresta, que já existe há um tempo, que cobriu 2012 e 2013, que tinha como objectivo atingir 2000 beneficiários e que foi praticamente cumprido, com 94% do objectivo atingido, 546 projetos aprovados, e o que nós vamos fazer agora é renovar este tipo de protocolo para mais um período.

Para além de todas estas ações, temos as ações que o ICNF desenvolve todos os anos e que, em 2014, continuará a desenvolver. Estão previstas 395 ações de sensibilização, para além de outras iniciativas que estão a ser desenvolvidas a variadíssimos níveis da nossa sociedade, quer a um nível mais público, nomeadamente com autarquias — e temos autarquias modelo nesta matéria —, quer a um nível mais privado ou do setor associativo.

Peço desculpa, acabei por demorar mais tempo do que tinha previsto, mas era para vos dar um retrato, o mais concreto possível, nesta fase. Muito obrigada.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado, Sr.^a Ministra. Passamos, então, às questões a colocar pelos Grupos Parlamentares.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito obrigada Sr. Coordenador. Cumprimento a Sr.^a Ministra, o Sr. Secretário de Estado e toda a equipa do Ministério da Agricultura e do Mar.

Sr.^a Ministra, este Grupo de Trabalho tem como objectivo muito concreto a problemática dos incêndios. A apresentação que a Sr.^a Ministra fez tem muitos aspetos que ultrapassam, penso eu, essa questão. Seria, aliás, impossível reagir à sua apresentação em cinco minutos, ficámos absolutamente esmagados perante a quantidade enorme de iniciativas que a Sr.^a Ministra acabou por nos expor. Não seria possível falar de tudo, com a profundidade que as questões merecem, por isso Sr.^a Ministra eu vou-me cingir a alguns aspetos que me parecem mais importantes, sem prejuízo de, na continuação da discussão, poderem surgir outras questões.

Um primeiro aspeto para lhe dizer Sr.^a Ministra que, naquele *slide* que mostrava — sobretudo ainda em relação às alterações legislativas — tudo aquilo que importa em termos de matéria da floresta *versus* incêndios, verificamos que está tudo por fazer. E que irá ser feito, não é? A partir de março — era para ser em fevereiro e vai para março — e por aí fora. Bom, o Governo está a entrar na fase final da legislatura e, neste caso concreto, do seu mandato, eventualmente exigia-se um pouco mais.

A Sr.^a Ministra conhece, com certeza, o relatório que foi elaborado — neste caso a pedido do ministério da Administração Interna, mas com certeza que o seu Ministério também teve acesso —, o relatório sobre os grandes incêndios florestais e os acidentes mortais ocorridos em 2013. Eu chamo a atenção da Sr.^a Ministra para as conclusões e recomendações que são, aliás, muito sucintas e penso que as três primeiras conclusões e recomendações têm sobretudo a ver com a área do seu ministério e, nomeadamente, com todas as ações preventivas e de prevenção estrutural. O próprio relatório é muito claro ao atribuir-lhe responsabilidade, ou seja, a falta de ordenamento e de prevenção estrutural da floresta tem uma grande parte da responsabilidade nos incêndios que ocorreram e no potenciar desses incêndios. Por isso importava aqui, para este Grupo de Trabalho, penso eu, saber exactamente o que é que se vai fazer em termos de ordenamento e da limpeza da floresta e, sobretudo, sobre a questão da manutenção das faixas de gestão de combustíveis.

A Sr.^a Ministra já ali elencou uma série de programas, de projetos, de questões, mas que, pelo que eu pude constatar, estão todas em fase ainda ou de elaboração, ou vão entrar em discussão pública ou vão ser feitas, para além dos números que deu, mas que, como é consensual, são perfeitamente insuficientes perante o quadro geral do país. Por isso, Sr.^a Ministra, eu gostava que agora, em termos da discussão, fosse um bocadinho mais

longe, no sentido de esclarecer quando é que estas questões todas serão concretizadas. E gostaria que destacasse um aspeto que se prende com o relacionamento e com a articulação com as autarquias locais, porque as autarquias locais são aqui, de facto, um parceiro importante. E, aliás, sobre isso, uma das coisas que a Sr.^a Ministra agora falou, na sua exposição, é que as coimas por violação das obrigações de defesa da floresta contra incêndios vão passar para o MAI (Ministério da Administração Interna), saindo das autarquias, por uma questão até de eficácia, digamos assim. Não vou contrariar, não tenho uma posição definitiva sobre isto, mas parece-me que o argumento da proximidade não é suficiente. Gostaria que a Sr.^a Ministra desse mais alguns argumentos. Porque é que esta questão vai sair das autarquias, para o MAI, até para nos convencer, se posso assim dizer.

Mas há aqui outro problema, que é o problema de «não se pode obrigar as pessoas a pagar», quer dizer, pode-se obrigar as pessoas a pagar e deve haver essas situações, mas há pessoas que não pagam, pura e simplesmente. Há pessoas que não pagam porque não se sabe quem são os proprietários do terreno, há pessoas que não pagam porque não têm meios para pagar, há pessoas que não pagam porque acham que o esforço não compensa, porque abandonaram as terras. Há aqui uma série, um conjunto de problemas, inclusivamente uma teia de problemas também eles sociais que é preciso atender para resolver o problema. Daí as minhas reticências, por exemplo, quanto a isto sair das autarquias. Não sei se a autarquia não teria maior capacidade para resolver esse problema, mas é uma dúvida genuína.

O Sr. Coordenador: — Pode terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — O tempo passa a correr Sr. Coordenador.

Mas gostaria que a Sr.^a Ministra desse um pouco mais de informação sobre isso até porque é preciso caminhar, é preciso ter uma solução para quando os proprietários não existem, ou não o fazem de todo! Quem é que vai fazer? A floresta assim é que não pode ficar, nem os terrenos, portanto é preciso haver aqui uma assunção por parte do Estado para um conjunto de medidas.

Para terminar mesmo, não posso deixar de falar da questão da credenciação do fogo de supressão ou fogo controlado, talvez, para facilitar. Nós tivemos aqui uma audição com o Sr. Ministro da Administração Interna, que foi extremamente duro — não sei se a Sr.^a Ministra conseguiu ouvir, mas da sua equipa alguém ouviu —, o Sr. Ministro da Administração Interna foi especialmente duro nesta questão ao considerar que não havia justificação nenhuma para haver um domínio do ICNF sobre esta questão. As declarações foram públicas, portanto percebo que há algum caminho a fazer nesse sentido, a abertura da credenciação, mas gostava que a Sr.^a Ministra fosse um bocadinho mais longe sobre esta questão: que estudos é que há, a que conclusões é que chegámos, que vantagens é que temos nisto... porque é uma questão polémica, mas que também me parece que era importante ser clarificada, para nós percebermos se temos ali alguma coisa com potencial ou se, de todo, não temos.

Bom, o Sr. Coordenador não me deixa colocar mais questões, fico-me por aqui, muito obrigada pela sua tolerância Sr.^a Ministra.

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Muito obrigado Sr. Coordenador.

Srs. Deputados, quero começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, a Sr.^a Ministra, o Sr. Secretário de Estado e a restante equipa. Como pode imaginar Sr.^a Ministra, a Sr.^a é a última audição que nós fazemos, fizemos já um conjunto alargado de audições em que o tom é relativamente diferente aquele que nos apresentou aqui hoje, tendo até em conta aquele que é o conjunto de problemas que nos foram trazidos ao longo destas audições, e era neles que eu gostava de me focar e de questionar concretamente.

Primeiro, gostaria de lhe colocar uma questão que coloquei ao Sr. Ministro da Administração Interna, mas que o Sr. Ministro não respondeu. Na perspetiva da Sr.^a Ministra, em termos percentuais, nesta matéria de incêndios florestais qual é a responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Ministério da Administração Interna? Na perspetiva do PCP, temos a noção clara de que há um peso grande e uma importância muito grande da agricultura e de intervenção na agricultura, gostava de ouvir a Sr.^a Ministra sobre isto.

Outra questão muito concreta, que foi bastantes vezes colocada, tem a ver com o êxodo rural e com o abandono do mundo rural, com a importância que têm as pessoas. Não é por acaso que os distritos mais povoados são aqueles que têm mais ignições, têm menos área ardida, e depois a importância que têm as áreas florestais para a contenção ou para limitar a progressão dos incêndios. O Sr. Secretário de Estado das Florestas, quando esteve cá a abrir estas audições, falou do problema, mas o Sr. Secretário de Estado e o Ministério da Sr.^a Ministra têm responsabilidades no âmbito do desenvolvimento rural, o que é que será definido sobre estas matérias da importância de ocupar o mundo rural.

Terceira questão, o cadastro florestal. O cadastro florestal foi bastantes vezes colocado como a dificuldade — e depois isto cruza-se com tudo, nomeadamente até relativamente aquela questão da multa da hora, saber quem multar perante a não limpeza da floresta. Em que ponto é que está, o que é que está feito nesta matéria em termos percentuais, o que é que já está feito no território nacional, e o que é que falta fazer e quando é que estará concluído? Era importante acertarmo-nos relativamente a isto.

Uma quarta questão sobre os sapadores florestais. Eu julgo que não haverá dúvidas quanto aquilo que é a sua importância na prevenção e no combate, aliás a Sr.^a Ministra falou aí dos sapadores florestais. Contudo, relativamente aquilo que estava definido, que julgo que seriam à volta de 500 equipas de sapadores florestais, ainda estamos muito longe dessa meta. É difícil perceber quando, por exemplo, o fundo florestal permanente para este ano de 2014 tem orçamentado 13,5 milhões de euros que não vai ser... que não têm utilização, entre aquilo que é a receita do fundo e as despesas que estão previstas — este ano como nos anos anteriores — mais difícil é perceber porque é que não se instalam as equipas.

Depois, no âmbito das audições, também nos foi aqui referido, por exemplo, uma equipa que está aprovada há 3 anos — no Município de Ourém, que foi aqui ouvido no âmbito da Associação Nacional de Municípios —, mas não vem para o terreno e, por isso, há aqui um conjunto de problemas por resolver.

Outro, a Sr.^a Ministra já respondeu aqui, que são as dificuldades na renovação de equipamentos. Nos equipamentos individuais, a Sr.^a Ministra já referiu aqui que os fundos comunitários darão apoio relativamente a esta matéria. Foi referido pelo Sr. Secretário de Estado, quando cá esteve, que estão a preparar uma alteração ao regime dos sapadores florestais, gostaria de saber em que contexto e em que âmbito é que isso é feito.

Outra das queixas que foi feita pelos sapadores florestais era a possibilidade da utilização de gasóleo agrícola, tendo em conta que aquilo que é a sua atividade... não temos dúvida nenhuma que é uma atividade neste âmbito e, por isso, o porquê da não utilização.

Outra questão, ainda, tem a ver com a formação dos sapadores florestais porque esta matéria também foi referida, a necessidade até de uma formação contínua que não existiria.

Uma outra questão sobre o problema concreto da problemática dos incêndios, que é a gestão florestal e a rentabilidade da atividade florestal. O Ministério reconhece o problema, não é, a Sr.^a Ministra falou aí na plataforma para acompanhamento das relações na fileira, por isso... isto é reconhecer que há um problema relativamente a esta matéria, mas o Ministério reconheceu também este problema relativamente às relações entre a distribuição e a produção e, efectivamente, naquilo que era a rentabilidade dos produtores agrícolas, não tem havido feitos nessa matéria. Por isso, reconhece ou não que a questão do preço da madeira e do negócio da madeira se relaciona claramente com este problema da gestão florestal e quais são... se há medidas em concreto para resolver.

Relativamente ao ICNF, o ICNF referiu-nos aqui que sente falta de estruturas no terreno. Com o fim do corpo de guardas florestais... foi o próprio ICNF que o referiu aqui — que sentia essa falta, deixou de ter uma estrutura no terreno, um conjunto de entidades — e até em visitas ao terreno conseguimos reparar nisso: a queixa de que o ICNF não substituiu aquelas que eram as funções do Corpo de Guardas Florestais. O que nos tem a dizer sobre isto?

A questão dos fogos controlados e do contra-fogo. Sabemos que no mundo mediterrânico os incêndios tem uma grande relação com a

renovação das pastagens. Como é que o Ministério pensa intervir a esse nível. Por último, a questão da investigação.

O que nos disseram alguns investigadores é que se está a destruir a Estação Florestal Nacional e, com isso, destrói-se um conjunto de investigação que era importante e que é fundamental sobre a matéria dos fogos florestais. Também gostava de saber o que é que a Sr.^a Ministra tem a dizer sobre esta matéria.

O Sr. **Coordenador**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, muito obrigado. Se permitir, nesta primeira pergunta dividiremos o tempo entre mim e o Sr. Deputado Hélder Amaral.

Sr.^a Ministra, muito obrigado pelas informações que aqui trouxe. Algumas delas dão resposta a algumas das questões que tínhamos aqui para coloca, outras questões já foram colocadas aqui pelos colegas anteriores — não vale a pena estar a repetir perguntas do que já está questionado —, como é o caso das questões do fogo tático, do fogo técnico e a respetiva diferenciação, mas tenho ainda aqui duas ou três notas, Sr.^a Ministra, para lhe colocar, embora algumas delas se entrecruzem com aquilo que já foi aqui referido. Uma das questões que mais tem sido carreada para este Grupo de Trabalho pelas diversas entidades que vamos ouvindo, tem a ver, muito particularmente, com a questão do planeamento. Não da planificação, mas do planeamento. O cadastro é uma delas; a questão das redes primária, secundária, terciária, é outra; a questão da identificação dos proprietários através do cadastro, mas considero importantes algumas questões que foram também aqui levantadas porque muitos dos planos e

muito do planeamento é num plano muito macro e era preciso começar a descer, em algumas questões, ao micro.

Na área do planeamento, Sr.^a Ministra, a questão que lhe deixava desde já era: no âmbito dos planos distritais e municipais, estando eles, alguns, em vigor e uma boa parte deles em revisão, há ainda algumas zonas muito a descoberto; o que eu gostaria de saber é, Sr.^a Ministra, se há uma previsão de acompanhamento e eventualmente até, nalguns casos, de apoio técnico e financeiro para que os municípios possam vir a executar estes planos municipais de defesa da floresta contra os riscos de incêndio.

A outra questão que deixava ficar a Sr.^a Ministra, tem a ver com medidas que o Governo tem vindo a tomar e que, por exemplo, uma delas que eu acho que vai trazer alguma implicação na gestão de medidas ativas de defesa da floresta, é a identificação de quem é que são as terras que não têm dono conhecido, essa é, desde logo... conjuntamente com um eventual trabalho em termos de inventário, que medidas constam e quais são as medidas que o Governo tem para fazer esta gestão ativa da floresta no que diz respeito a melhorar a prevenção dos incêndios florestais? Só para terminar e para deixar ficar um tempo equitativo para o meu colega Hélder Amaral...

O Sr. Coordenador: — Equitativo já não será!

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Eu não disse igual. Disse equitativo. A questão da certificação florestal, eu acho que essa é, efetivamente, uma das medidas fundamentais para que a rentabilidade e o uso da floresta possa ser muito breve. Para quando é que a Sr.^a Ministra aponta, que a questão da certificação florestal possa estar plenamente em vigor?

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado. Quero cumprimentar a Sr.^a Ministra e a equipa que a acompanha. Obviamente, sendo rápido, quase não queria fazer pergunta nenhuma, mas agradeço a simpatia do meu colega. Sr.^a Ministra, obviamente que vamos com um conjunto longo de audições, eu próprio tenho acompanhado estas matérias desde o meu tempo de deputado no Parlamento e, obviamente, nós não podemos nunca fugir das condições climatéricas que não controlamos. O meu distrito, Caramulo, teve um número recorde de ignições, de área ardida e, na visita que fiz ao local, contavam-me fenómenos impressionantes de quase impossibilidade física e técnica de combater alguns dos fogos que surgiram. E eu tenho exemplo ao lado, em Mortágua, em que temos bastante floresta e a incidência é menos, ou seja, logo à cabeça, eu digo que se não dermos valor económico à floresta não vamos conseguir nunca travar. Portanto, é preciso valorizar a floresta enquanto peça importante para a economia. Mas, depois, também é verdade que a rede viária é bem tratada num caso e não é tratada noutra, os pontos de água e essencialmente os postos de vigia, no fundo estou a falar de prevenção e a minha pergunta é: o que é que nós temos feito? Se nós detetarmos mais cedo, se detetarmos com precisão, o combate também será mais eficiente. E, às vezes, há deficiências na deteção e na sinalização dos fogos. Depois, também, pergunto-lhe, por que é que não se pensa melhor, se está pensado, uma rede primária de contenção? É fundamental que ela exista porque há dois fatores que fazem parte da prevenção: não só o mosaico e aí tem a ver com a política de reflorestação; se não conseguimos ter uma mancha alternada de espécies autóctones ou até, propositadamente,

diferente para que possa servir, ela própria, de barreira de progressão do fogo; se não tivermos uma rede primária de zonas bem definidas de prevenção, de faixas de contenção; se não tivermos uma boa sinalização da rede viária e sempre limpa, obviamente não assistimos a Corporações de Bombeiros que... a meio de um caminho que, de repente, desaparece ou em floresta contínua, sem limpeza, porque depois... obviamente que as questões que os meus colegas já puseram de... donos da floresta, limpeza da floresta, da velha e sempre falada incapacidade das autarquias de multar e fazer valer essa coima a quem detenha influência, por razões diversas, ou porque as pessoas não podem pagar, eu acho que aqui deve haver outros meios de fazer com que um proprietário que, propositadamente, depois de avisado e depois de sensibilizado, ainda assim prevarica, tem que haver outras formas que não a coima.

Portanto, gostava de saber se aqui não deve haver uma...

O Sr. **Coordenador**: — Faça o favor de terminar Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E termino, com isto: em vez de passar, de todo, das Câmaras para o MAI, se não deve haver aqui uma dupla ação no sentido de sermos mais eficazes na obrigação do cumprimento das leis que já existem?

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Muito obrigado Sr. Coordenador. Em nome do PSD cumprimento a Sr.^a Ministra, o Sr. Secretário de Estado e os demais.

Quem fala no fim tem uma vantagem porque, obviamente, muitas das questões já foram aqui colocadas.

De todo o modo, estamos aqui a tratar da problemática dos incêndios, mas sempre ouvi dizer, desde tenra idade, que a melhor forma de combater os incêndios é preveni-los.

Por isso, foi com agrado que vi a apresentação que aqui teve lugar. Esta apresentação vem dar resposta a algumas questões que já aqui foram colocadas ao longo do tempo e antecipa, mesmo, algumas questões que nós gostaríamos de ver resolvidas. Saúdo particularmente porque, sabendo que as questões da floresta não são de feito imediato, há aqui algumas delas que, obviamente, vão ter repercussão ao longo do tempo, e eu registo isso com agrado. De todo o modo, queria fazer também uma reflexão — porque já muitas questões aqui foram colocadas e eu próprio tinha algumas por colocar que já foram colocadas e, por isso, não vou repetir — e a reflexão tem a ver isto: sabemos bem que a maior parte da floresta portuguesa é privada e, por isso, também temos que chamar para esta problemática os privados. Obviamente que cabe ao Estado grande parte da prevenção, mas também cabe, digamos assim, aos proprietários que dela usufruem. Foi com agrado que, em grande parte das intervenções que aqui foram feitas e também na apresentação que a Sr.^a Ministra aqui nos deixou, muito ouvi falar em valorizar a floresta. Ora bem, uma forma de trazer os privados para esta problemática é valorizar esta floresta. E valorizo-a como? Valorizo-a dando rentabilidade a esta atividade. E a melhor forma de a valorizar e de a rentabilizar é o Estado promover um ordenamento sustentável da própria floresta. Há alguns mecanismos que, efectivamente, já aqui foram referidos e que têm uma implicação grande no ordenamento florestal, desde logo o cadastro, desde logo também a alteração das ZIF porque, obviamente, nós temos também um problema, que é o problema do

minifúndio. Para ordenar convenientemente a floresta vamos ter de fazer a agregação, vamos ter de juntar proprietários e nisso, obviamente, o Estado tem um papel preponderante. Devemos, desde logo, dar resposta de forma a promover o emparcelamento florestal. Depois, temos também, por parte dos privados, alguma floresta, algumas espécies que não são rentáveis. De que forma podemos promover a biodiversidade, fazendo uma silvicultura preventiva, ou seja, promovendo a produção de outras espécies para que não haja uma mancha contínua. Depois, já aqui foi falado no fogo tático, nós temos, reconhecidamente, combustível em exagero, diminuíram as pastagens que havia antigamente, o aproveitamento dos matos também diminuiu e, portanto, temos que reduzir a carga de combustível na floresta. Até que ponto podemos promover, em zona de inverno, a redução do combustível na floresta? Foi aqui também referido, e que eu registo com agrado, o aumento ou a promoção do equipamento dos sapadores florestais. Vejo isso com agrado até porque grande parte do equipamento dos sapadores florestais está obsoleto, tem a sua vida útil ultrapassada.

A Sr.^a Ministra esteve num dos concelhos mais fustigados pelos incêndios nas últimas décadas, a Pampilhosa da Serra. A Pampilhosa da Serra faz parte da Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor — a ADESA — que, à semelhança de outras associações desta natureza, tem equipamentos pesados que trabalham em contínuo na floresta. Ora uma das grandes questões que aqui foi falada, ao longo de muito tempo, foi a utilização de equipamento pesado na floresta, quer para a prevenção quer para o combate. A Pampilhosa da Serra faz parte de uma associação que tem 5 *bulldozers* em permanência, a trabalhar activamente na floresta, durante todo o ano. Essas associações não têm sido contempladas nos últimos tempos com financiamento adequado para renovar o seu equipamento. Até que ponto é que poderíamos encontrar, até

no próximo Quadro Comunitário de Apoio, financiamento ou ajuda financeira para renovar estes tipos de equipamento que são de vital importância para a floresta, não só para os sapadores, mas também para as associações, quer esta quer outras congéneres, que fazem um trabalho meritório, ao longo de todo o país, em defesa da floresta.

Muito obrigado Sr.^a Ministra.

O Sr. **Coordenador**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Muito obrigado Sr. Coordenador, Sr.^a Ministra, Sr. Secretário de Estado.

Sr.^a Ministra, da sua apresentação, se nenhum comentário político, neste Grupo de Trabalho o objetivo é, acima de tudo, o de incorporar a informação que o Governo traz, mas eu gostava de começar por lhe perguntar o que é que espera deste Grupo de Trabalho. O que é que espera deste Grupo de Trabalho? Depois da sua apresentação, o que é que espera deste Grupo de Trabalho? Se ele tem alguma utilidade ou não, no trabalho que a Sr.^a Ministra está a desenvolver. Depois, gostava de saber se a Sr.^a Ministra questiona, ou não, o modelo. Se acha que este modelo de prevenção estrutural é sustentável. Na sua opinião, se ele é sustentável? Tal como está desenhado, se é sustentável. E, naturalmente, se a resposta for positiva, terá que me dizer onde é que há o dinheiro — no orçamento — para resolver o problema, porque nós temos metas concretas a cumprir e, portanto, o que é preciso saber é que o Governo considera que, sendo sustentável, nós temos o dinheiro para cumprir as metas e, portanto, não há necessidade de alteração de metas. Se não, como é que pensa ver evoluir o sistema. Como é que pensa ver evoluir o modelo? Porque eu devo dizer que

tenho dúvidas sobre o modelo e, portanto, aquilo que me pareceu é que, por parte do Ministério da Agricultura, não há dúvidas sobre o modelo.

Lamento, mas tenho dúvidas sobre o modelo. O modelo deu um salto enorme, qualitativo, em 2006, indiscutivelmente, mas nesta altura interessa saber o que é que vamos fazer para a frente. E, portanto, aquilo que gostávamos de saber é, primeiro, modelo de organização: a base municipal continua a servir como modelo base para aquilo que estamos a fazer ou devemos avançar para um modelo que se posicione acima do modelo municipal? Segundo: ainda sobre organização, o modelo caótico que existe, serve ou não serve, ou temos necessidade de ter um modelo que seja mais verticalizado, mais organizado e coordenado — verdadeiramente coordenado — porque, a não ser que a Sr.^a Ministra esteja satisfeita com a coordenação que, neste momento, a prevenção tem em Portugal, nós achamos que era necessário evoluir no modelo, em termos de coordenação também ao nível da prevenção e, inclusivamente, podermos ter uma directiva nacional de prevenção. Mas não sei se isso é ou não é um objetivo do Governo e, portanto, a minha pergunta inicial é provocatória, mas é a base de tudo porque, se o Governo não espera nada deste Grupo de Trabalho, naturalmente tudo o que possamos produzir acaba por não ser concretizado e o nosso objetivo é que uma parte viesse a ser concretizada.

A seguir, nós temos um problema de financiamento. Financiamento! Isto é, o Fundo Florestal Permanente não tem conseguido responder a todas as necessidades, dê-se o exemplo apenas das brigadas de sapadores florestais, se considera ou não que nós devemos atingir a meta das 500 ou não? Isto é, se é uma questão de financiamento ou é uma questão de modelo? Se acha que não precisamos de mais brigadas de sapadores florestais — temos 278, queríamos chegar às 500 — se acha que não... ou se temos que encontrar uma nova relação com, nomeadamente, os

Bombeiros Portugueses para resolver esse problema e se isso é o que está incorporado no protocolo com o MAI. Isto é, se há ou não necessidade de alteração do modelo ou se vamos continuar a avançar com equipas de sapadores florestais? Como sabemos, isso custa ao Fundo Florestal Permanente, se conseguíssemos chegar às 500, cerca de 20 milhões de euros, pagando metade, portanto pagando só os tais 35 000 euros por equipa, mas parece que o Governo está a rever isso e, portanto, gostávamos também de saber qual é a revisão que está a fazer. Mas, depois, temos ainda uma outra questão, que tem a ver com os modelos de gestão florestal. A Sr.^a Ministra, naturalmente, tem depositada uma enorme confiança na bolsa de terras. Eu devo dizer que, se olhássemos para os números que apresenta, naturalmente eles não são de forma a nós acreditarmos que isso resolve no curto prazo — estou só a dizer no curto prazo — e, portanto, o que eu gostava de saber é se acha que a alteração que fez nas ZIF resolve o problema. Isto é, a ZIF é, cada vez mais, uma administração de condomínio, é isso que lá está escrito, e é cada vez menos gestora de território — pelo menos é assim que nós encaramos, mas de qualquer maneira, se não estivermos a encarar bem, certamente nos ajudará a perceber melhor — e se devemos ou não devemos criar outras formas de gestão integrada do território, nomeadamente sociedades gestoras e, portanto, se devemos ou não avançar para outros modelos.

Finalmente, a sensibilização. No domínio da sensibilização, Sr.^a Ministra, nós podemos continuar a fazer um conjunto de ações programadas e, naturalmente, têm todas certamente muita utilidade, portanto não estamos a discutir isso, mas enquanto tivermos apenas um modelo que pense na sensibilização para o risco, não temos, da alteração de comportamento, não temos comunidades preparadas para a resiliência dos desastres e, portanto, enquanto nós não prepararmos as comunidades e

estivermos apenas a trabalhar com ações de sensibilização como aquelas que conhecemos, certamente teremos alguma dificuldade em conseguir concretizar o nosso grande objetivo que é que estas comunidades, elas próprias, se saibam auto-proteger das questões relacionadas com os fogos florestais.

Portanto, eram 5 questões que eu gostava de deixar, sendo que, como percebeu, eu acredito que é necessário evoluir no modelo e não manter o modelo que temos.

O Sr. Coordenador: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra Assunção Cristas.

A Sr.^a Ministra ad Agricultura e do Mar: — Muito obrigada Sr. Presidente, muito obrigada Srs. Deputados por todas as questões que colocaram e que eu acho que foram extraordinariamente relevantes e, portanto, também felicito o trabalho que o Grupo tem vindo a desenvolver.

A primeira nota que eu daria é, de facto, ligar um bocadinho as primeiras questões que a Sr.^a Deputada Helena Pinto referiu e que vários outros Srs. Deputados referiram, também com estas últimas questões que têm a ver com a forma como... se é necessário ver o problema de maneira extraordinariamente integrada.

Quando a Sr.^a Deputada Helena Pinto disse, e bem, falámos sobre muitas coisas bem além daquilo que parece ser o objeto de trabalho da Comissão, que é essencialmente os fogos florestais, a minha perspetiva, a perspetiva do Ministério, é que trabalhar em prevenção de fogos florestais é trabalhar num conjunto muito diversificado de matérias que têm a ver precisamente com a valorização da floresta. É conhecido, creio que bastante consensual de todos, a velha máxima de que aquilo que não se

valoriza, aquilo a que não se dá valor, aquilo de que não se retira valor, também não se cuida, não se protege e mais facilmente está exposto aos incêndios. Portanto, quando nós falamos da necessidade de encontrar formas de valorizar a floresta, de estimular o incentivo ao investimento florestal e, no fundo, que as pessoas sintam que podem ganhar dinheiro com a floresta, seja para fazer um pé-de-meia como era hábito antigamente, seja para mais rapidamente obter alguma riqueza daqueles seus territórios, nós estamos sem dúvida a dar uma grande ajuda. O problema é que isto não pode ser isoladamente. E voltamos à questão das terras que não têm dono conhecido, as terras que estão abandonadas, das áreas que são protegidas pelos seus proprietários contra as outras ao lado que nem sequer proprietário têm e que, portanto, não são protegidas e, no fundo, acabam por tornar inúteis ações de muitas pessoas e gerar uma grande desmotivação porque, às vezes, as pessoas — como a Sr.^a Deputada Helena Pinto referia — não fazem porque não têm dinheiro, mas outras vezes também não fazem porque acham que é inútil, porque eu faço, mas se o meu vizinho não faz, então de que é que serve, vem o fogo e fica tudo igual.

Portanto, a nossa convicção é que, de facto, olhar para este problema é olhar de forma muito integrada. Nós temos dois aspetos de risco, temos um aspeto meteorológico, nós hoje temos um clima mais seco e mais quente e, previsivelmente, vamos continuar a ter um clima mais seco e mais quente, portanto o clima não nos vai ajudar. Só para vos dizer — e já ligo ao outro ponto que foi falado — este verão nós tivemos dias de tal forma críticos, quando olhamos para a regra dos 3-30 — portanto temperatura acima dos 30° C, humidade abaixo dos 30% e vento acima dos 30 km/h —, tivemos sítios de tal forma críticos que foi um milagre, na verdade, não termos muito mais incêndios do que aqueles que tivemos ou

ainda com maior expressão. Porque, quando comparamos estes dias com os dias de 2005 ou de 2003 em que, como sabem, foi um inferno no país — em 2003 com quase 500 000 ha ardidos e em 2005 com quase 400 000 ha ardidos — e, se compararmos estes dias críticos, vemos que este verão foi pior em determinadas zonas do país. O clima não nos vai ajudar e o abandono do mundo rural, até agora, não tem ajudado.

Continuaremos, com certeza, a trabalhar, enquanto país, para mitigar os efeitos do clima e para nos adaptarmos às alterações climáticas. Quanto ao abandono do mundo rural, a minha convicção é que podemos fazer mais e estamos a fazer mais. Estamos a fazer mais quando mostramos que é possível ganhar dinheiro no mundo rural e que, com isso, as pessoas podem viver melhor no mundo rural. Esta dinâmica de procurar que as pessoas possam ter boa atividade na agricultura e também na floresta, é a melhor maneira de nós garantirmos uma ocupação do mundo rural e, por isso, aspetos ligados a uma plataforma para olhar para as questões do valor que é gerado para os produtores, aspetos ligados à investigação para melhor produtividade nos vários setores e melhor aproveitamento das nossas condições endógenas, questões relacionadas com o bom uso dos fundos comunitários, ajustados à nossa floresta, para que as pessoas tenham apoio mesmo quando têm pequenas áreas. Eu lembro que, no início do PRODER, era preciso 50 ha para poder haver uma candidatura a apoio comunitário e, obviamente isto era desajustado, portanto apoios dessa ordem, com certeza que procurando valorizar ações concertadas e conjuntas, seja através das ZIF, seja através de organizações de produtores, seja através de sociedades, que dêem mais escala — isso será majorado, isso será visto com prioridade, mas, ainda assim, há aspetos que fazem sentido mesmo para pequenas parcelas e que devem verdadeiramente ser aproveitadas.

Quando me falam sobre sensibilização e sobre o que é que se pode fazer nesta área, eu também concordo, Sr. Deputado Miguel Freitas, com a questão da auto-proteção, as pessoas têm que perceber — e eu aqui vou para a questão mais geral de como é que nós estamos organizados e do modelo, como foi referido — nós temos que perceber que nesta matéria todas as pessoas podem fazer a diferença. Quem tem uma propriedade, grande ou pequena, quem não tem propriedade, mas tem um pequeno quintal e em torno do seu quintal, num povoado que está no meio da floresta, tem ou não tem 50 metros limpos à sua volta...

E, a propósito de limpeza das florestas, deixem-me voltar a fazer esta nota — estou certa que o Sr. Secretário de Estado, quando cá esteve, já falou sobre isso e estou certa que muitas entidades que ouviram terão falado sobre isto — limpar floresta, é preciso dizer com muito cuidado, falamos em gestão de mosaicos, de áreas combustíveis, de descontinuidades de rede primária, não falamos propriamente em limpeza massiva de floresta até porque isso seria absolutamente desaconselhado do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da proteção da vida na floresta e da biodiversidade.

Portanto, estamos a falar da necessidade, sim, de ter limpeza, que não é não ter nada, mas é ter as coisas que permitam conter o fogo e que, sobretudo, permitam que não comece o fogo nas zonas de fronteira entre habitações e matos — que é, tipicamente, o que aparece em volta das habitações — porque se essa parte estiver tratada, então, quando ocorrer um incêndio, e ele vai ocorrer, quando ocorrer nós temos bombeiros disponíveis para atacar logo nos matos e susterm um incêndio que depois não chega aos povoamentos florestais, em vez de estarem a proteger as habitações que é, muitas vezes, o que acontece e tem necessariamente de acontecer porque têm de proteger as pessoas e têm de proteger as suas

casas, isso é prioritário. Mas, se cada um proteger a sua própria habitação, se o povoamento proteger o seu povoado — e aqui o papel das autarquias é absolutamente extraordinário e importante, das juntas de freguesia e dos municípios também com as suas estruturas de apoio, nomeadamente sapadores — então nós estamos muito mais precavidos e teremos, numa situação de ocorrência de incêndio, muito mais capacidade para debelar o incêndio logo no início porque podemos focar todo o dispositivo nos matos e nos povoamentos, no caso em que eles ocorrem nos povoamentos, mas tipicamente ocorrem nos povoamentos, quando há alguma intenção criminosa, porque negligência dentro do povoamento é mais raro

A negligência tem a ver com as zonas de interação onde estão pessoas, seja habitações, seja na mobilização dos terrenos agrícolas, é tipicamente aí que pode acontecer e que acontecem mais incêndios.

Se me perguntam se o modelo é perfeito, naturalmente o modelo não é perfeito, mas a minha convicção é de que o modelo ainda precisa de provar, o modelo já evoluiu muito. Reparem que nós hoje estamos a falar de uma média de incêndios que está bem abaixo daquilo que já foi. A partir de 2006 nós vimos um declínio.

Neste momento, temos instrumentos que começam a funcionar e, com isso, eu respondo também a questões que o Sr. Deputado Abel Baptista referiu em matéria de planeamento, o Sr. Deputado Hélder Amaral também o referiu, e outros referiram. Nós hoje temos todos os distritos com o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não tínhamos há cinco, tirando Setúbal — é o único que não tem porque não foi aprovado, porque tinha a ver com o facto de terem pouca área florestal e mais zona agrícola e as zonas de contenção passarem pela zona agrícola, portanto esse ainda está para aprovar, mas no resto existe —, Lisboa não tem porque não precisa de ter, do ponto de vista técnico não precisa de o ter, mas todos os outros

distritos têm, os municípios têm todos planos aprovados e alguns já estão na segunda geração dos planos. Estes instrumentos de planeamento não existiam há 5 anos, não existiam há 10 anos.

Portanto, o primeiro passo é planear, o segundo passo é executar o que está planeado. E vamos para o segundo desafio.

Perguntarem-me, neste momento vamos já deitar todo o trabalho por terra porque isto não provou? Eu devo dizer que, por muito tentador que possa ser, acho que é precipitado e estou a fazer justiça aos Governos todos que me antecederam, independentemente da cor política. Eu creio que nós precisamos de executar o modelo, fazê-lo respirar e fazê-lo ter resultados porque ele já está a ter resultados. Agora, na floresta nós falamos sempre de questões para médio e para longo prazo.

Como é evidente, eu espero que o Grupo de Trabalho possa trazer *apports* significativos, dizendo «olhem mais para isto, olhem mais para aquilo», por exemplo, equipas de sapadores florestais, temos 268, se me pergunta se deveríamos ter mais, eu gostaria de ter mais. Há um problema financeiro? Há um problema financeiro. Tenho dinheiro no Fundo Florestal Permanente? Tenho. Não o posso gastar porque nós temos regras muito contidas quanto à execução orçamental, como é sabido. Haja mais desafogo e possamos nós gastar mais dinheiro nos sapadores, eu gostaria de poder gastar mais dinheiro nos sapadores. Neste momento a minha prioridade é poder reequipar aqueles que já existem para que possam funcionar melhor, mas também posso dizer que não há uma única e última solução que seja a do Estado. Quando visitei a Pampilhosa da Serra, verifiquei que eles tinham duas equipas de sapadores pagas, neste modelo de metade metade, pelo Fundo Florestal Permanente, mas tinham, salvo erro, mais quatro pagas por eles e, portanto, tinham arranjado maneira... o próprio Município, por considerar que é importante e que era relevante e que era

uma zona essencialmente florestal, de constituir equipas com o mesmo modelo, com o mesmo formato, porque se entendeu e entendeu o Município que provava aquele formato e que era positivo e que era bom, e arranjou maneira de pagar essas mesmas equipas de sapadores, como as associações e as ZIF podem ter as suas próprias equipas de sapadores, mesmo não havendo a hipótese de eventualmente o Estado poder suportar mais, como gostaria de suportar. Portanto, nuns casos será um constrangimento difícil de ultrapassar, admito que sim, noutros casos tem a ver com a mobilização e a motivação e o empenho que os vários agentes possam ter.

Temos equipas de sapadores florestais a funcionar junto de associações, junto de ZIF e, se calhar, de hoje para amanhã, se as tais ZIF funcionarem cada vez mais — e aqui, mais uma vez, os aspetos culturais e estruturais da nossa sociedade muitas vezes impedem que assim seja —, mas se conseguirem dar um passo em frente e agregarem-se, não só para fazer a defesa daquele espaço contra o incêndio, não só para tratar dos problemas de pragas e por aí fora, mas também para gerar valor em conjunto, podem ter a certeza que essas organizações terão todos os meios para se poderem defender também em conjunto e serem até mais autónomas do próprio Estado. Agora, temos que criar esta possibilidade de terem mais valor e todos os instrumentos de que eu vos falei, desde a fiscalidade da floresta, até aos apoios ao investimento, até ao estudo que estamos a fazer sobre uma conta poupança para a floresta, são instrumentos que levam as pessoas a poderem investir mais, a poderem extrair mais valor, a poderem agregar-se mais e, com isso, também defenderem de outra maneira aquele seu território.

Nas ZIF, por exemplo, creio que foi dado um passo significativo, quando se disse que dentro do perímetro das ZIF, mesmo que determinados

proprietários não adiram, quando a sua não adesão e a sua inação ponha em causa o conjunto, então a entidade gestora pode atuar porque está a atuar em função do interesse público. Tipicamente, estamos a pensar na defesa da floresta contra incêndios, em que não pode a ZIF fazer, por exemplo, uma rede primária até um determinado local e depois, como entra na parcela de alguém que não pertence á ZIF, aí já não faz, obviamente que não pode ser. Fá-lo como? A expensas do proprietário e, depois, fazendo-se pagar pelo produto que daí retirar.

Outra área onde entendemos que os municípios – e isto respondendo à pergunta «municípios sim ou não? Mais ou menos municípios?», eu diria: depende.

Em matéria de coimas, infelizmente aquilo que nós vemos é um resultado escasso. O que vemos é alguns municípios empenhados, que fazem o seu trabalho, mas que, lá está, fazem o trabalho em várias vertentes, não estão só a aplicar as coimas, estão também a dar os meios para que as povoações possam fazer este trabalho. Nós fomos à Pampilhosa da Serra, mas podíamos ter ido a Porto de Mós ou podíamos ter ido a outros sítios, que veríamos bons exemplos também, porque os há felizmente no nosso país, e o município por um lado apoia, ajuda, tem sapadores, tem gente que vai... que fornece os tais equipamentos pesados e que executa o seu trabalho, que diz como é que se deve executar e, quando as pessoas não executam, também aplica a coima, mas aplica-a com a autoridade de quem faz. O problema é que há muitos municípios que não e fazem e que, portanto, também não têm autoridade para aplicar a coima e estão demasiado próximos. A demasiada proximidade nuns casos ajuda, noutros casos desaconselha. A minha convicção, e isto tem sido um aspeto muito sinalizado pelo MAI porque se sente particularmente frustrado por ter a GNR a levantar autos, a vigiar, a fiscalizar e que, depois, não tem

consequências e, portanto, sentem que é um trabalho inútil lançar o desafio de passar para eles.

Creio que, nesta área, como há tão pouca execução, o que sinto que, de facto, devemos fazer é a tentativa de perceber se ficamos melhor com uma maior integração entre quem levanta o auto e quem aplica a coima. Mas isso é uma parte do assunto. A outra parte, a meu ver, tem a ver com o empenho das autarquias na parte da sua maior responsabilidade que, na minha perspetiva, é essencialmente rede secundária, é essencialmente defesa das habitações, defesa dos aglomerados populacionais, é uma incumbência dos proprietários, mas têm que ser ajudados pelas autarquias. Não só para que lhes possam chegar meios para eles fazerem esse trabalho — e daí a nossa preocupação em revelar as boas práticas, no fundo procurando que o bom exemplo se vá multiplicando —, mas também, quando não é feito, fazendo pressão para que assim as coisas possam acontecer. Portanto, eu diria, na rede secundária há um papel extraordinário para as autarquias e para os Bombeiros também. Estamos a tentar que as autarquias se aproximem cada vez mais dos Bombeiros para que eles se possam apoiar também nesse trabalho. Os bombeiros muitas vezes, durante o ano, têm disponibilidade de tempo, poderão ajudar as populações nestas boas práticas, eu espero brevemente também fazer uma ação junto de uma autarquia que está a procurar trilhar este caminho, para mostrar que é possível fazer-se — há umas que já fazem, há outras que vão começar a fazer —, é possível fazer-se e, no fundo, começar a criar dinâmicas de boas práticas para que a rede secundária... não há razão nenhuma para não estar sempre feita e aprimorada, porque não é só fazer uma vez, é ter a gestão contínua dessa rede secundária. Já na rede primária a minha convicção é de que, se os proprietários não o fizerem — e aqui a rede primária esta essencialmente planeada para não ir para cima de terrenos privados, para ir

para zonas públicas, para zonas de baldios, para as zonas da REN, para os corredores da REN, para as zonas que têm a ver com as auto-estradas, etc — aí a nossa convicção é que deve ser o estado a tomar mais pulso na matéria. Por isso, o ICNF tem este protocolo com o exército para procurar acelerar, o objetivo é em dois anos termos a rede primária concluída, aquela que é prioritária e depois avaliar a forma como faremos a restante rede primária. Devo dizer que, nesta matéria — e, já agora, partilho convosco esta dúvida, para vossa reflexão e, eventualmente, para também aí poderem juntar o vosso contributo — os constrangimentos da Administração Pública são de tal forma grandes que pergunto-me se não podemos encontrar entidades que possam fazer a rede primária. A rede primária é paga a 100% pelos fundos comunitários, portanto não é um problema de dinheiro, mas há um problema sério de contratação pública, de disponibilidades orçamentais para se poder sequer lançar as coisas quando os fundos ainda não estão garantidos e, aqui, oiço muitas vezes dizer «Bem, mas os privados fariam isso com muito mais facilidade» porque, não tendo o problema financeiro e podendo ir aos fundos públicos, rapidamente fariam todo o processo. Também não é tão rápido quanto isso porque os fundos comunitários também obrigam a contratação pública, não é sem regra nenhuma, portanto também é ilusório pensar-se que o Estado demora muito e que os privados fariam muito rapidamente porque não têm tantos constrangimentos, mas se e para usar fundos comunitários têm alguns constrangimentos e, portanto, também tenho dúvidas se isto, noutras mãos, seria mais rápido do que aquilo que nós temos capacidade para fazer.

Posso dizer-vos, por exemplo, que o Exército faz connosco, e é mais barato, mas não pode ir aos fundos comunitários porque, se é para ir ao Exército é, no fundo, com um protocolo de adjudicação direta, se quiser, e isto viola as regras comunitárias. Nós, para usarmos dinheiro comunitário,

temos de fazer um concurso público e tanto pode concorrer o Exército — que, aliás, nem sei se pode concorrer, sendo uma entidade da defesa não pode concorrer — pode concorrer qualquer entidade privada que faça este tipo de trabalhos, mas com o Exército já não podemos fazer, portanto gastamos mais dinheiro; menos dinheiro do orçamento de Estado, mas mais dinheiro, e por isso neste momento estamos a fazer com o Exército, para acelerar e, com alguma disponibilidade e com alguma compreensão das Finanças, de hoje para amanhã gastaremos mais dinheiro se for com os fundos comunitários, mas menos dinheiro do nosso bolso, dos contribuintes portugueses. Enfim, são questões cuja solução não é fácil para percebermos qual é o melhor modelo.

Em relação a outras questões sobre coordenação, prevenção mais coordenada, mais verticalizada, a minha convicção nesta matéria é de que isto não vai lá sem os vários atores se consciencializarem das suas possibilidades. Às vezes podemos ter conflitos positivos, outras vezes temos conflitos negativos. Penso que, até agora, muitas vezes pensar-se que poderia ser o do lado a fazer, levou a que ninguém fizesse. Hoje em dia as coisas estão mais claras, e portanto a minha perspetiva seria o Estado, através do ICNF, através do Exército, assumir mais protagonismo e liderança na rede primária quando não é feita, mas assumindo que às vezes possa ser feita e tem estado a ser feita por associações florestais, por municípios, mas tentar perceber quem é que faz, «Se os senhores fazem, sim senhor, mas se não fazem, digam já que nós fazemos», e assumir este protagonismo; na rede secundária, pelo contrário, dar o protagonismo às autarquias e aos bombeiros, estimular que sejam eles a fazer. Perguntam-me «É preciso alterações legislativas para isto?», muito residualmente ou se calhar não, talvez sob o ponto de vista pedagógico, o grupo de trabalho também poderá avaliar isso. Rede secundária e municípios a ajudarem as

populações, a promoverem boas práticas, a ter uma ação pedagógica e, se calhar, o MAI (Ministério da Administração Interna) a poder fiscalizar e aplicar as coimas e, com este duplo modelo, creio que as coisas podem funcionar melhor; e, da nossa parte, todos os instrumentos que pudermos, seja ajudando à criação de valor — fiscalmente —, com apoio dos fundos comunitários, com instrumentos financeiros que possam ajudar, com uma plataforma de acompanhamento das relações, ajudando a que as pessoas sintam que aqui se pode ganhar dinheiro porque, ganhando dinheiro aqui, vão ser os primeiros a assumir o seu papel na prevenção, e isso eu acho que é extraordinariamente relevante.

Sobre o problema do fogo controlado, do fogo técnico e tudo mais, sei que o Sr. Ministro da Administração Interna esteve cá, também sei que, do ponto de vista técnico os conceitos baralharam-se um bocadinho e eu darei essa explicação. Temos o fogo que é utilizado na prevenção e o fogo que é utilizado no combate: estamos sempre a falar de fogo.

O fogo que é utilizado na prevenção, nós chamamos fogo controlado; o fogo que é utilizado no combate, chamamos fogo de supressão. Podemos utilizar quer um, quer outro, embora a lógica seja muito diferente. O fogo de supressão — e aqui há o fogo tático e o contrafogo — tem por objetivo para o incêndio, e portanto queima-se o que houver a queimar para parar aquele incêndio, o objetivo é parar aquele incêndio; no fogo controlado, o objetivo é gerir faixas combustíveis: ou abrir rede primária — é a maneira mais barata de abrir rede primária — ou gerir mosaicos de descontinuidade para funcionarem como paragens do próprio fogo. Aqui temos de ter cuidado porque estamos a falar de biodiversidade, estamos a falar de olhar exatamente sob ponto de vista técnico sobre o que deve ou não ser feito. O Ministério da Administração Interna tem trabalhado connosco para termos a certificação muito mais alargada no que diz respeito ao fogo de

supressão, portanto ao fogo que vai ser utilizado para estancar o incêndio uma vez ele ocorra. Esse trabalho está completamente afinado entre nós e irá a Conselho de Ministros muito brevemente para que haja mais entidades certificadoras deste fogo de supressão.

Em relação ao fogo controlado, a ideia é manter a liderança técnica na parte florestal, mas com certeza continuar a ter uma colaboração intensa com os bombeiros, até porque não se pode fazer fogo controlado sem ter os bombeiros connosco, sem ter os bombeiros sob aviso. Eu espero, também, poder dar visibilidade a uma ação de fogo controlado que, como sabem, tem janelas de tempo muito específicas em que podem ser feitas; quando está a chover muito não podem fazer porque o fogo não tem efeito, é logo apagado — aliás, nem consegue ser ateado —, quando está muito vento não se pode fazer porque pode ficar descontrolado, quando vem um dia de demasiado calor, mesmo fora de época, também não se pode fazer, portanto há ali uma janela, tipicamente em Março que é quando já não há muita chuva e ainda não há muito calor e vento, podemos encontrar umas hipóteses; ele está pensado para várias zonas do país e vamos ver se o conseguimos fazer, e também espero que isso possa ter boa visibilidade.

Em relação a matérias que foram colocadas sobre o cadastro florestal, ainda falta fazer muito. Como é sabido, a Norte do Tejo não há muito cadastro, há um modelo experimental que estava tudo contratualizado de trás e que está a seguir o seu caminho, mas há sobretudo um modelo novo que visa fazer muito mais rapidamente, de forma não tão perfeita, de forma mais imperfeita mas mais eficaz, e esse trabalho está a ser desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, e irá a Conselho de Ministros — eu espero que muito brevemente — o diploma que articula todas as ações de cadastro e

que cria, no fundo, uma forma de concorrer e de ter ações a concorrer para que o cadastro seja feito de uma forma muito mais rápida.

Em relação a questões ainda de estrutura, e o Sr. Deputado João Ramos referiu este aspeto, suponho que outros Srs. Deputados também o tivessem em ideia, o aspeto dos guardas florestais, se faz ou não sentido voltar a estar neste Ministério. Devo dizer que não tenho certezas nessa matéria, e portanto não sei se é melhor, não sei se é pior, sei que isto foi decidido em 2006 e sei que, neste momento, até por questões orçamentais, seria muito difícil restabelecer no Ministério da Agricultura um corpo como aquele que existia no ano passado. Talvez tivesse vantagens, mas também demoraria muito tempo até poder estar erigido e a funcionar. Na altura, suponho que em 2006, a decisão foi tomada até por reivindicação da própria guarda-florestal que, tanto quanto sei, tanto quanto foi a público na altura, fez muita pressão para ser reconhecido como corpo de guarda e para se juntar à GNR. Neste momento talvez possamos trabalhar no sentido de que o SEPNA, que tem muitas incumbências, não perca as suas valências florestais e dê mais importância às mesmas. Voltar para trás, obviamente nada é impossível e porventura até seria uma boa solução. Hoje, com tantas dificuldades que nós temos do ponto de vista orçamental, quantas pessoas dessas é que nós conseguiríamos recuperar? É verdade que, quando eles foram para a GNR, levaram o orçamento atrás — o chamado *Efeito Mochila*, portanto se voltassem também trariam a mochila, mas já não é só a mochila, era toda uma estrutura que era preciso montar de novo, e portanto eu diria que, também numa perspetiva de “vamos deixar as coisas funcionar mais», talvez intensificar o papel que o SEPNA deve ter e intensificar o papel que a GNR já tem e que pode continuar a manter, e não partir já para uma reversão de modelo nessa matéria.

Em relação a outros aspetos que foram referidos, nomeadamente certificação florestal, nomeadamente medidas para gestão ativa da floresta, etc, a minha convicção é que tudo o que puder trazer mais valor à floresta terá bom efeito na prevenção dos fogos. A certificação florestal existe enquanto regime, pode ser utilizada, a nossa preocupação é, nos fundos comunitários, dar incentivos e poder majorar quem faça floresta certificada ou quem precisar de apoios para certificar que floresta que já tem, e esse será um caminho que também queremos trilhar e dar muito valor.

Aspetos estruturais, Sr. Deputado Maurício Marques, falou nas questões dos minifúndios, do emparcelamento, da promoção da biodiversidade, enfim, tudo isso vai ter muita presença nos fundos comunitários e no que diz respeito às questões de reestruturação fundiária também é legislação que vamos preparar. Já falámos aqui de abandono de terras, as terras sem dono, estamos a falar de questões de médio e de longo prazo, eu nunca disse que teríamos resultados em curso prazo, nem o poderia dizer de forma consciente e verdadeira, mas tenho a convicção de que, com cadastro e com um regime que permita, em conjugação com o cadastro, identificar terras que são terras de ninguém e poder colocá-las na disponibilidade da bolsa de terras para que outras pessoas as possam vir a comprar, arrendar, etc, de acordo com o regime de proteção de proprietário que será, naturalmente, salvaguardado, nós estamos a dar um forte impulso para que as coisas possam melhorar. Se isto estiver em conjunto com um regime fiscal mais atrativo, com apoios ao investimento, etc — porque uma coisa não funciona sozinha — então poderemos, de facto, ter a melhor ocupação com a atividade económica e com pessoas a prazo, do mundo rural, que hoje em dia não temos.

Quero dizer ainda um outro ponto, se calhar para terminar. As coisas mudam, podem mudar, e o melhor exemplo talvez seja a Pampilhosa. A

Pampilhosa foi escolhida não só porque o Tony Carreira era da Pampilhosa e, portanto, já agora, já que ele tinha tido a generosidade de nos ajudar nesta matéria, então íamos à terra dele — por simpatia para com ele — mas também porque foi um exemplo extraordinário. Pampilhosa, em 2005, teve 18 000 ha ardidos, foi metade do Concelho. De então para cá, consciencializou que a questão da floresta era uma questão prioritária, organizou-se, fez-se um plano municipal, fez-se o plano operacional, arranjou as equipas de sapadores florestais, arranjou mais equipas de sapadores florestais para além daquilo que nós poderíamos ajudar, e neste momento tem vigilância de forma muitíssimo intensa; de então para cá teve cerca de 40 ha, por ano, ardidos, que é absolutamente inexpressivo, e portanto isto quer dizer que é possível mudar; e também esta ideia de que há formas de conter, que passam por muitos aspetos — e, se calhar, por estes aspetos estão a ser desintegrados — é também uma mensagem que eu acho que é muito importante passar para a nossa sociedade. É difícil, tem muitas coisas contra nós, nomeadamente as questões climáticas, mas é possível, com trabalho empenhado dos vários atores, mudar as coisas com o atual enquadramento e com ajustamentos ao atual enquadramento.

Já fizemos alguns, planeamos fazer outros e, Sr. Deputado Miguel Freitas, outros que nos queiram sugerir, do Grupo de Trabalho, serão naturalmente bem-vindos.

A minha convicção é que, deste modelo que foi preparado em 2005/2006, começou com os ZIF, começou com todo o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios ainda tem muito para dar e temos que ajustar. O modelo, claramente, falhou, mas noutros temos que lhe dar tempo para ele poder entrar em funcionamento plenamente e ser executado, e nós estamos na fase da execução, e portanto dê-nos tempo às coisas para elas poderem funcionar, acelerando na medida das nossas possibilidades,

sensibilizando todos para o seu papel específico, de cada um, ajudando da forma como podemos fazer, mas eu neste momento não entraria em grandes disrupções. Não é por nada, e estou à vontade porque não fomos nós que criámos este modelo, mas acho que as coisas têm que ter alguma continuidade, e portanto é a nossa convicção, mas enfim, também espero os resultados do Grupo de Trabalho porque é, naturalmente, um trabalho muito importante para nós, perceber qual é a sensibilidade do Parlamento nesta matéria.

O Sr. **Coordenador**: — Senhores Deputados, não sei se têm alguma questão mais que queiram colocar à Sr.^a Ministra. Penso que não.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Helena Pinto. Diga lá que eu vi que foi contrariada porque não teve mais tempo.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): — Sr.^a Ministra, é uma coisa muito simples mas que eu não gostaria de perder a oportunidade de colocar e que sei que, se tiver condições, me vai responder.

É um problema que tem a ver com os incêndios e com o Ministério da Agricultura. Há zonas do país onde houve incêndios e que muitos agricultores foram prejudicados, arderam culturas, e que se queixam de que o Ministério da Agricultura ainda não fez o levantamento desses prejuízos para, de alguma forma, se equacionar e se ver as possibilidades de apoio a esses agricultores. Por exemplo, no Vale do Mondego isso aconteceu. Há uma zona que ardeu por completo e que os agricultores se queixam muito que ainda lá não foi nenhum técnico sequer, conversar, perceber. Aquilo é uma zona também de oliveiras, até algumas que não há em mais sítio nenhum do país, os prejuízos são muito avultados, nota-se pela Cooperativa que produz o azeite que decresceram drasticamente as toneladas de

azeitona, e eu gostaria de aproveitar esta ocasião para sensibilizar também a Sr.^a Ministra para este aspeto porque era muito importante apoiar estes agricultores.

O Sr. **Coordenador**: — Ora bem, não é que haja qualquer concorrência entre o Bloco de Esquerda e o PCP, mas o Sr. Deputado João Ramos quer por também uma questão.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — É mesmo muito rápido, Sr. Coordenador. A Sr.^a Ministra não referiu a percentagem em termos do cadastro, respondeu-me, mas não me disse... pronto era para confirmar isso. O que é que está já feito e, previsões, não sabe dizer quando estará concluído?

O Sr. **Coordenador**: — Sr.^a Ministra, faça favor.

A Sr.^a **Ministra da Agricultura e do Mar**: — Muito obrigada. Sr. Deputado João Ramos, eu não tenho a percentagem porque, entretanto, estão a funcionar os programas piloto em 7 municípios e, portanto, não sei agora já, com detalhe, qual é a percentagem que já está feita e o que ainda falta fazer. O que eu sei é que, com esse modelo, demoraria para aí 30 anos e aquilo que se pretende é passar para um outro modelo que pegue, por exemplo, no parceiro agrícola, que pegue na informação que existe em muitas entidades públicas, quer da Administração Directa, quer do Setor Empresarial do Estado e obrigue a partilhar toda a informação para constituir um cadastro que vais ser construído do género manta de retalhos, *patchwork*, portanto em vez de ser sistemático, que é o que está no projeto piloto — com todas as regras da cartografia, dos geógrafos, certinho,

direitinho —, vai ser um cadastro feito ao contrário que é, pegando muito em ações que já existem — às vezes os próprios Municípios têm cadastro, mas ainda imperfeito —, não lhe dar toda a qualidade, se ele ainda não a tiver, mas poder qualificar para aspetos que são relevantes e que são, nomeadamente, relevantes para as nossas políticas na área da floresta e na área da agricultura. Quanto tempo é que isto vai demorar, não sei, vai depender muito da interoperabilidade de sistemas, mas a ideia é construir as coisas de uma forma mais modesta ou menos ambiciosa do ponto de vista da qualidade, mas mais rápida e mais eficaz e que, depois, se vá melhorando a qualidade, no decurso do tempo, com a obrigatoriedade de desenvolvimento de operações de cadastro, cada vez que há determinado tipo de operações e, no fundo, mantendo o cadastro vivo. O objetivo, como sabem, é casar o cadastro com o registo predial e com a matriz das Finanças, portanto é mais ambicioso nessa medida.

Sr.^a Deputada Helena Pinto, muito obrigada pela nota. A indicação que eu tinha era que os levantamentos foram efetuados, se calhar há algum sítio onde terá falhado, mas eu tomo boa nota do Vale do Mondego e pedirei para ver o que é que se passa e, se não foram, que lá vão com rapidez. Muito obrigada.

O Sr. **Coordenador**: — Sr.^a Ministra e Sr. Secretário de Estado, muito obrigado. Vamos fazer ainda um pequeno acerto após esta saída da Sr.^a Ministra e da sua equipa para prepararmos a nossa atividade

Pausa

Srs. Deputados, penso que já foi distribuído o programa e que já conhecem. A ideia é sairmos por volta das 15 horas e 30 minutos. Talvez seja melhor, para termos uma margem para não atrasarmos a reunião, pois temos uma reunião marcada no domingo, às 19 horas, com os Presidentes

de Câmara do Distrito de Viseu e que, segundo me dizem, já está confirmada.

Os contactos foram todos feitos com a zona Centro Norte e com a DIS de Viseu, com os Comandantes de Bombeiros e também com os Gabinetes Técnicos Florestais, se os Presidentes de Câmara se deles se fizerem acompanhar. Portanto, este será o nosso primeiro ato de trabalho no domingo.

Depois, na segunda-feira, às 9 horas e 30 minutos, iremos visitar a área ardida no Caramulo; às 11 horas faremos uma visita à Central Termoelétrica de Mortágua, uma reunião de trabalho às 12 horas na Câmara Municipal de Mortágua, temos o almoço e visita à Escola Nacional de Bombeiros, que está muito sensibilizada com esta nossa decisão, tinham pedido uma audiência, e regresso a Lisboa.

Não sei se há algum problema que os Srs. Deputados queiram colocar relativamente ao programa, se está tudo de acordo, se há alguma observação.

Voz inaudível

Não, não. Ponderou-se essa situação, é uma reunião de trabalho e cumprimentos às pessoas. Naturalmente, nos dias seguintes, pelo menos em relação aos locais que vamos visitar, vamos voltar a encontrar algumas das pessoas que vão estar nessa reunião connosco.

